

SISTEMA TERRITORIAL DA MADEIRA ILEGAL NO MUNICÍPIO DE PARINTINS-AM

Erick Luiz de Souza Andrade Simas¹

Estevan Bartoli²

Resumo

A presente pesquisa objetiva compreender de que forma funciona o Sistema Territorial da Madeira Ilegal no Município de Parintins-AM. Para isto, partimos dos seguintes objetivos específicos: i) discutir teoricamente acerca do território e territorialidade da rede de sujeitos desta pesquisa; ii) demonstrar como a distribuição e absorção da madeira ilegal ocorrem neste sistema; iii) analisar as atividades de transporte ligadas a madeira ilegal a partir do Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR); iv) apresentar os principais pontos estratégicos de desembarque da madeira ilegal na cidade. A metodologia empregada parte da abordagem territorial, com a finalidade de descrever e analisar a territorialidade dos sujeitos. Os instrumentos de coleta de dados foram as entrevistas não-diretivas, aplicação de formulários, bem como observações por meio de visitas à campo e a elaboração de mapas. Como resultado, constatou-se que este sistema ilegal se articula por meio do uso do território e da territorialidade de uma rede de sujeitos que extrai, distribui, absorve e transporta a madeira ilegal, beneficiando os nódulos urbanos da cidade de Parintins.

Palavras-chave: Território; Territorialidade; Madeira ilegal; Rede de sujeitos.

Abstract

The present research aims to understand how the Territorial System of Illegal Wood works in the Municipality of Parintins-AM. For this, we start from the following specific objectives: i) theoretically discuss about the territory and territoriality of the network of subjects in this research; ii) demonstrate how the distribution and absorption of illegal wood occur in this system; iii) analyze transport activities related to illegal timber from the Urban-River Territorial System (STUR); iv) present the main strategic points of unloading of illegal wood in the city. The methodology used starts from the territorial approach, with the purpose of describing and analyzing the territoriality of the subjects. The data collection instruments were non-directive interviews, application of forms (Annex I), as well as observations through field visits and the elaboration of maps. As a final result, it was found that this illegal system is articulated through the use of territory and the territoriality of a network of subjects that extract, distribute, absorb and transport illegal wood, benefiting the urban nodes of the city of Parintins.

Keywords: Territory; Territoriality; Illegal wood; Network of subjects.

¹ Graduando do curso de Licenciatura em Geografia – Universidade do Estado do Amazonas – UEA. CESP. andradeerick412@gmail.com

² Professor Dr. do curso de Licenciatura em Geografia – Universidade do Estado do Amazonas – UEA. CESP. ebartoli11@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este estudo trata-se de uma discussão sobre relações socioambientais, econômicas e territoriais, constituindo o que denominamos de Sistema Territorial da Madeira Ilegal no município de Parintins. Composto por uma rede de sujeitos da economia popular que extrai, distribui, absorve, transporta e comercializa a madeira ilegal, beneficiando os núdulos urbanos da cidade de Parintins através destas práticas.

É importante frisar, logo no início, que o intuito desta pesquisa não é “criminalizar” os sujeitos da economia popular em uma cidade incapaz de gerar postos de trabalho e serviços suficientes a todos. A análise pretende contribuir para que a mediação da cidade possa ser potencializada e incluída em formulação de políticas públicas, e o/ou criação de coletivos de governança para que essa importante atividade econômica e cultural seja perpetuada e sustentável. Há enorme invisibilidade da questão urbana quando se fala de preservar / conservar ambientes amazônicos. Ao repetir o termo “ilegal” durante o texto, está implícito que há multiplicação de demanda pelo mercado urbano que acaba pressionando os estoques madeireiros. Deixa-se claro que a dimensão simbólico-cultural da atividade é de enorme importância para manutenção das práticas econômicas locais, que devem ser amplamente discutidas pela sociedade, pois a madeira é um patrimônio territorial estratégico.

O município de Parintins-AM está localizado a leste do estado do Amazonas, à margem direita do rio Amazonas, a 369.21 km da capital Manaus, segundo dados do IBGE de 2010, o município se caracteriza como o mais populoso do estado, com população de aproximadamente 115.263 habitantes. O município possui uma forte dinâmica territorial em relação ao comércio popular que gira em torno da madeira ilegal na sub-região, visto que não há fiscalização para aplicação dos termos da lei aos praticantes das atividades que se tornam ilegais ao terem contato com a madeira que é extraída da floresta sem plano de manejo e nenhuma certificação.

Como objetivo geral, visa-se compreender de que forma funciona o Sistema Territorial da Madeira Ilegal no município de Parintins-AM. Para isso, partimos dos seguintes objetivos específicos: i) discutir como os conceitos de território e territorialidade são úteis na análise da rede de sujeitos desta pesquisa; ii) demonstrar como a distribuição e absorção da madeira ilegal ocorrem neste sistema; iii) analisar as atividades de transporte ligadas da madeira ilegal vinda de interiores; iv) apresentar os principais pontos estratégicos de desembarque da madeira ilegal na cidade.

A fim de alcançar os objetivos deste estudo, realizou-se uma revisão teórico metodológica tendo como base autores pertencentes à abordagem territorial com a finalidade de descrever e analisar a territorialidade dos sujeitos. Para a realização da coleta de dados, foram utilizados métodos e técnicas das pesquisas tanto de natureza qualitativa como quantitativa, resultando em uma pesquisa de natureza quali-quantitativa, isto gera a complementação e concretização dos argumentos dialogados no decorrer do estudo, usando técnicas de observação e entrevista não-diretiva, tanto quanto a utilização e análise de formulários, tabelas, figuras e mapas para reforçar os argumentos elencados na pesquisa.

Para desenvolver a discussão teórica acerca do território e territorialidade da rede de sujeitos da pesquisa que constitui o tópico 1 do trabalho, foi realizada revisão bibliográfica com os principais autores que tratam desses conceitos, relacionando-os a observações em campo que desencadearam em uma melhor compreensão das atividades desempenhadas por esta rede de sujeitos intrínsecas a madeira ilegal.

Para demonstrar como ocorrem os processos de distribuição e absorção da madeira ilegal no Município de Parintins, foram utilizadas técnicas de observações em campo e entrevistas não-diretivas com 3 sujeitos. Pelo fato desta pesquisa se tratar de uma temática relacionada diretamente a práticas ilegais, as identidades foram suprimidas.

Para a coleta de dados por meio das entrevistas, partimos de questionamentos livres acerca de como a madeira é utilizada por cada sujeito entrevistado. Foi elaborado ainda um mapa quantitativo de distribuição da madeira ilegal pelo comércio informal, (mapa 01) para que assim pudéssemos obter os resultados necessários para demonstrar a dimensão de onde e como ocorre a distribuição e absorção da madeira ilegal nos diferentes bairros da cidade.

Para analisar as atividades de transporte ligadas a madeira ilegal no município de Parintins, realizou-se revisão teórica acerca do Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR) presente nas reflexões de Bartoli (2020; 2021). Demonstra-se a mediação que acontece por meio dos fluxos das embarcações que são conectoras entre as comunidades rurais e a cidade (característica do STUR), fortalecendo a movimentação da madeira ilegal no município.

No segundo momento da metodologia, foram utilizadas técnicas de coleta de dados sistematizados com base na aplicação de 24 formulários a donos de embarcações de pequeno e médio porte contendo questões abertas e fechadas acerca das características das embarcações, atividades desempenhadas no cotidiano desses sujeitos e a respeito do fluxo de produtos regionais que são trazidos das comunidades rurais para a cidade, bem como

produtos do capital mercantil que são levados da cidade para as comunidades. Possibilitou a elaboração do mapa 02, que por meio da análise desses dados, comprovou-se que todas as embarcações pesquisadas promovem o transporte e fluxo de madeira ilegal, demonstrando ainda que algumas ultrapassam os limites do estado do Amazonas, indo até algumas comunidades do estado do Pará, atingidas, portanto, pela influência de Parintins.

Para apresentar os principais pontos estratégicos de desembarque de madeira ilegal na cidade, foram utilizadas técnicas de pesquisa indireta, por meio de observações em campo e apresentação de figuras dos pontos estratégicos que exercem influência no processo de distribuição e absorção da madeira ilegal na cidade de Parintins.

1. BREVE DISCUSSÃO TEÓRICA ACERCA DO CONCEITO DE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES DAS REDES DE SUJEITOS

Os aportes teóricos que norteiam a presente pesquisa estão inseridos na abordagem territorial. Com forte aporte de discussões na ciência geográfica, a categoria território tem sido usada e citada em diversas outras áreas da ciência, por isso a necessidade de precisão categórica para nortear nossa reflexão.

Na definição de Raffestin (1993, p. 112) território seria um “resultado de uma ação conduzida de um ator sintagmático (atores que realizam um programa) em qualquer nível, apropriando-o concretamente ou abstratamente”. Trata-se de um clássico sobre sistemas territoriais, cujo autor aponta que o sistema de ações ou de comportamentos se traduz numa produção territorial que faz intervir na tessitura, nó e rede (que constituem o território). Essa produção territorial é organizada hierarquicamente e permite assegurar o controle, integração e a coesão dos territórios, constituindo uma espécie de invólucro no qual se originam as relações de poder. Portanto, no nosso caso empírico, devem ser considerados os nós mediadores do sistema, as tessituras variadas (pelos tipos de territórios que são conectados à cidade, aldeias, comunidades, etc.) e as redes hídricas que a madeira circula.

A busca por madeira barata na cidade de Parintins tem crescido absurdamente por intermédio da proliferação de pontos de venda e comercialização, marcantes na paisagem beira-rio. Para se compreender os processos deste sistema (e de tantos outros), se faz necessário conhecer e descrever primeiramente que as redes de sujeitos que são elementos essenciais na composição dos territórios e territorialidades.

Saquet e Sposito (2009, p. 81) definem que “o território é um espaço natural,

social, historicamente organizado e produzido”. Cada sujeito exerce sua relação de poder no território por meio de seus conhecimentos, habilidades e comportamentos diários que formam sua identidade. Complementando esse argumento, Sposito e Silva (2021, p. 183) afirmam que há importância de aspectos simbólicos junto à materialidade dos processos:

O território (...) coloca-se como a base material e simbólica, sobre o qual os grupos constituem sua identidade. O território, portanto, ao ser composto por símbolos e signos, caracteriza-se como a base material e identitária de cada grupo social. (SPOSITO e SILVA, 2021, p. 183)

Neste sentido, a madeira ilegal é manipulada por cada sujeito por ações diferentes, e essas ações se configuram parte de suas territorialidades, pois o território expressa identidades e sistemas de significações que estão atreladas às várias destinações que a madeira possui: construção de embarcações, casa populares, móveis simples ou mais sofisticados, entre tantas outras funções sociais. A madeira e seu manejo cultural sempre perpassou a formação identitária e simbólica na Amazônia: de maneira grotesca através de poderosas e destrutivas madeireiras, ou de maneira mais tênue como nos pequenos estaleiros navais que propiciam o navegar ou nas construções de palafitas que mediam o STUR.

Os sujeitos que extraem e distribuem a madeira pré-processada, desempenham uma prática crucial neste contexto, exercendo suas relações de poder no território a partir de seus conhecimentos tradicionais. Esta prática de extração proporciona melhor viabilidade de acesso a madeira para o mercado popular, fazendo com que estes sujeitos sejam a mão de obra essencial para desencadear as demais atividades inerentes a madeira ilegal. Práticas para extração de recursos na mata são corriqueiras para populações interioranas. Como são recompostas a partir da migração desses sujeitos para as cidades é um canal investigativo interessante para entender a atividade. Para Raffestin (2009), a produção territorial sempre tem um ponto de partida que nunca é ileso das ações do passado. O processo territorial desenvolve-se no tempo partindo sempre de uma forma precedente, de outro estado de natureza ou de outro tipo de território (RAFFESTIN, 2009).

Em cidades ribeirinhas tem ocorrido a redefinição desses conteúdos e processos (TRINDADE JR. et al., 2008; SILVA; MALHEIRO, 2005), onde cada sistema urbano interage com maior ou menor intensidade com seu meio externo, com graus de abertura em escalas de relações variadas. Assim, as práticas, as temporalidades e modos de vida tradicionais são alterados (mas contendo permanências), pois submetidas à constante integração à totalidade das relações globais que o processo urbano está inserido.

A territorialidade dos sujeitos que extraem e distribuem a madeira ilegal, inserida neste contexto, engloba saberes como localizar-se na mata e nos rios, conhecer diversos perigos e contextos da sazonalidade. Engloba ainda conhecer espécies de árvores ideais para a extração, dominando as técnicas de trabalho como motosserras para o pré-processamento da madeira e consecutivamente distribuí-la partido de matas hoje já distantes da beira de rio, caracterizando a territorialidade desses sujeitos no uso do território. Conforme a extração avança, tem se tornado necessário adentrar em matas cada vez mais afastadas das margens de rios, necessitando de transporte de tração animal ou mecânico.

A territorialidade, neste sentido, aparece como chave de leitura a partir da definição clássica de Raffestin (1993):

(...) um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do 'vivido' territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens 'vivem', ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas (...) todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. (RAFFESTIN, 1993, p. 158-159).

Há também os sujeitos que praticam a revenda da madeira ilegal, que geralmente compram a madeira encomendada de extrativistas madeireiros e redistribuem sem certificação diretamente nas beiras de rio localizadas em pontos estratégicos de desembarque na cidade de Parintins, (que serão descritos no capítulo 3 deste trabalho). Podem ainda revender em frente as suas casas, geralmente localizadas próximas às beiras de rio, contendo pequenas placas discretas e bairros periféricos. Este tipo de manipulação da madeira ilegal praticada por estes sujeitos caracteriza seus modos de vida, ou seja, sua territorialidade.

Deste modo, a identidade se constrói por meio das múltiplas relações com as territorialidades que os indivíduos estabelecem diariamente e envolve, necessariamente, a produção de obras materiais e imateriais (SAQUET e BRISKIEVICZ, 2009). Saquet, (2009) enfatiza que o sujeito vive relações sociais, construção do território, interações e relações de poder, diferentes atividades cotidianas, que se revelam na construção de malhas, nós e redes, constituindo o território. Afirma ainda que a territorialidade corresponde ao poder exercido e extrapola as relações políticas envolvendo as relações econômicas e culturais, indivíduos e grupos, redes e lugares de controle, mesmo que seja temporário, do e no espaço geográfico com suas edificações e relações.

Outros sujeitos que manipulam a madeira ilegal, são aqueles que a absorvem para diferentes fins, podendo ser para construção civil em geral ou para moveleiros do Polo Industrial de Parintins que absorvem esta madeira como matéria prima para a fabricação de móveis, enfatizando que estes sujeitos se beneficiam com a compra desta madeira vendida a baixo preço.

Existem também os sujeitos que trabalham com o transporte da madeira ilegal em Parintins, ressaltando que este transporte pode ser feito por vias hídricas ou vias terrestres. A madeira ilegal primeiramente é trazida de comunidades rurais para a cidade por meio de inúmeras embarcações que realizam fluxos diários na sub-região. E em seguida, a madeira passa pela segunda forma de transporte, sendo esta realizada por veículos terrestres pelas ruas da cidade. Esta função também se caracteriza como territorialidade desses sujeitos, pois os mesmos desempenham uma vivência com este produto a partir de seu território, sendo este o rio ou as ruas.

Saquet (2011) afirma ainda que as cidades são compreendidas como espaços privilegiados de produção, circulação, troca, consumo e de reprodução ampliada do capital, integram diversos setores produtivos, mercantis, financeiros, de serviços, a força de trabalho, atividades de regulação, controle, administração e decisão. Isto significa que estes sujeitos manipulam a madeira ilegal alterando seus modos de vida tradicionais, subordinando-se às influências do processo urbano e redefinindo suas práticas no espaço geográfico ao se inserir no ramo do mercado ilegal, passando assim a adquirir uma nova forma, no entanto, negativa de utilização do território.

2. DISTRIBUIÇÃO E ABSORÇÃO DA MADEIRA ILEGAL NO MUNICÍPIO DE PARINTINS

A madeira, para o ser humano, é um recurso muito valioso e significativo, pois é utilizada em diversas atividades, gerando meios de vida e oferece inúmeras vantagens não só por suas diversas utilidades, mas também quanto à sua durabilidade, fácil acesso e manutenção. A ilegalidade, neste contexto, surge a partir do momento em que a madeira é retirada da natureza sem controle e planos de manejo ou certificação, ocasionando a escassez de determinadas espécies de árvores nas localidades de terra firme da sub-região.

Esta é uma problemática que nos remete a reflexão acerca da lenta capacidade de auto regeneração da natureza, que, comparado a velocidade com que a exploração ilegal se alastra na Amazônia, onde as cidades também são responsáveis por mediar esses circuitos.

Araújo Rosa et al. (1998, p. 13) afirma que as espécies madeireiras da Amazônia são conhecidas por suas madeiras densas e de lento crescimento.

A Lei Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 da Constituição Federal, criminaliza estas práticas e ampara teoricamente a floresta no artigo 39, onde afirma que cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente, há pena de detenção, de um a três anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente. Os artigos 45 e 46 da Lei 9.605 de 1998 incorrem penalidades também às práticas de cortar ou transformar em carvão madeira de lei, bem como receber, adquirir, ter em depósito ou transportar para fins comerciais e industriais, madeira, lenha, carvão e outros recursos naturais sem a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente.

Apesar da criminalização desta prática por lei, a circulação da madeira ilegal em Parintins tem aumentado nos últimos anos, fato corroborado pelo desmonte recente dos órgãos de fiscalização da gestão Federal entre 2019 e 2022. Pela baixa capacidade de gerar empregos ou serviços suficientes para a crescente população urbana, em Parintins os sujeitos praticantes desta modalidade comercializam a qualquer horário do dia. Bartoli (2017) argumenta que se a extração de recursos naturais ligada à demanda urbana ou mercados externos aumenta, a demanda por pessoas dispostas a navegar, praticar extrativismo ou realizar cultivos também cresce.

Durante observações realizadas em campo, entrevistamos um ribeirinho que classificamos como entrevistado A, morador da comunidade São Pancrácio da região do Rio Mamurú, localizada a 28km de distância ao Sul da sede de Parintins. Para a entrevista não diretiva, abordamos o entrevistado em uma das embarcações atracadas na beira da Orla do Bairro União, cuja beira-rio é famosa por receber e comercializar madeira. Tendo algumas peças de madeira dentro de sua embarcação, relatou que trabalha com a extração e a venda de madeira, segundo ele, para compradores que fazem a encomenda para a retirada desta madeira.

Ao ser questionado a respeito de como trabalha com a madeira, o mesmo respondeu:

“Eu moro lá no São Pancrácio, no Mamurú, é lá que eu tiro a madeira pra vender aqui na cidade, faço o corte de quase todo tipo de madeira, depende muito do que o cliente vai querer e se tem lá no mato, aí eu tenho esse barquinho aqui que eu uso muito porque não tenho casa aqui na cidade, aí toda vez que eu venho pra cá, eu fico aqui e durmo aqui mesmo no barco até eu entregar a madeira pra voltar pro interior.”

A partir dessas informações, fica evidente que a distribuição e absorção da

madeira necessita dos conhecimentos tradicionais dos sujeitos para identificar espécies e circular em matas, assim viabilizando a movimentação desta madeira de forma ilegal.

O entrevistado B é vendedor de madeira que pratica esta atividade em frente a sua residência localizada na beira-rio do bairro União (chamado popularmente de orla), na zona Sul de Parintins.

Essa aqui é sucupira vermelha, é muito boa, veio lá do Tracajá, essas daqui já são as últimas que a gente tem aqui, o pessoal procura muito, por isso só tem essas aqui, pra tu levar logo, faço até de 16 reais cada peça.

Diversas outras peças de madeira de lei ficam empilhadas rente às calçadas do bairro, com fácil escolha e transporte aos compradores. O preço muito abaixo do mercado é o principal chamariz (figura 01)

Figura 01. Pilha de madeira em frente à residência do vendedor



Fonte: Trabalho de campo, 03/2019.

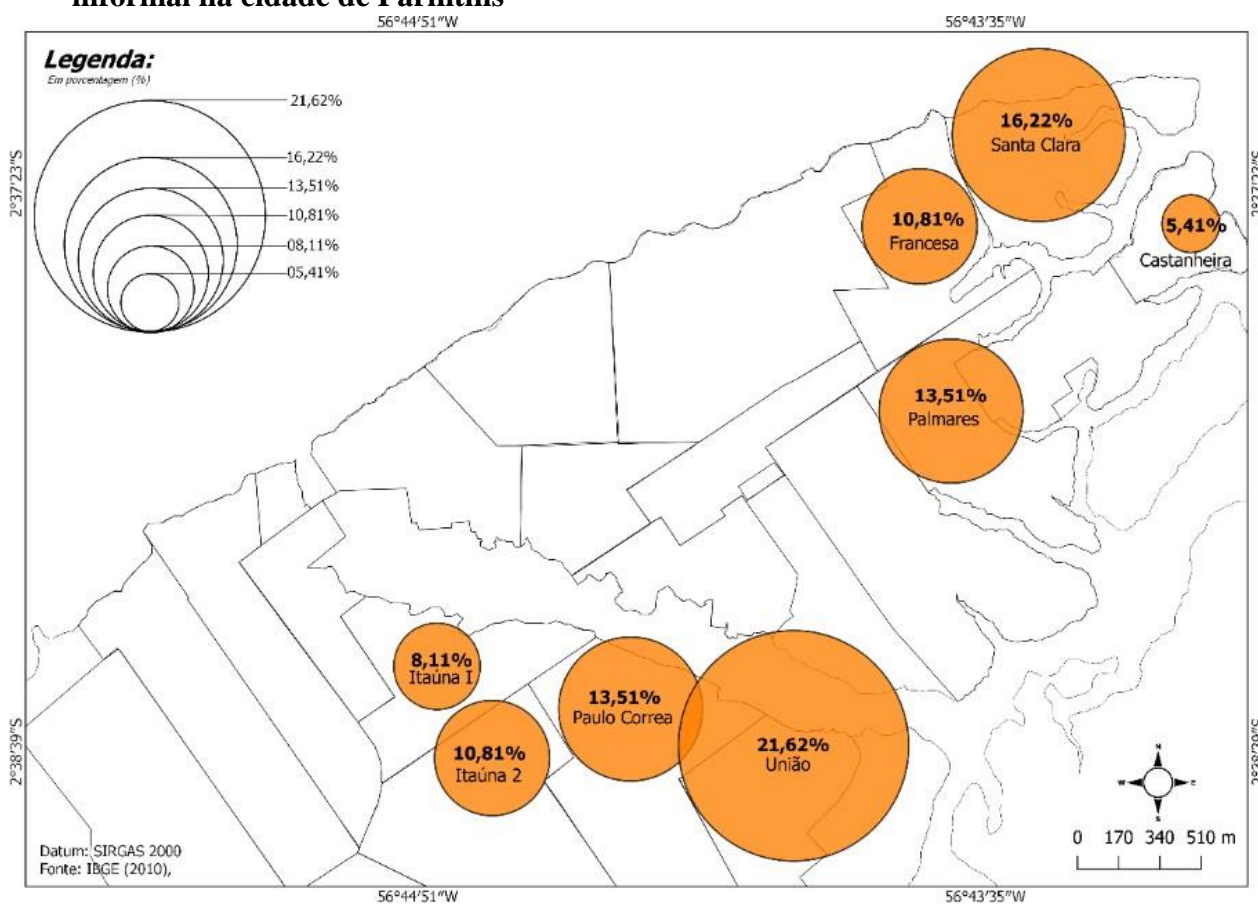
A venda deste produto se tornou essencial para complementar a renda de pessoas que sobrevivem através do comércio, nos traz a reflexão acerca do quanto a economia na cidade é incompleta, e de que as atividades locais devem estar inclusas em políticas públicas que envolva a população numa governança desse circuito. Como afirmamos, é parte da cultura local trabalhar a madeira, e planos de manejo popular para a continuidade da atividade devem ser urgentemente implementados. Não é possível pensar práticas de conservação ambiental sustentáveis deixando essas densas redes de sujeitos invisíveis às políticas de ordenamento do território.

Através de trabalho de campo em todos os bairros da cidade constatou-se por meio de informações colhidas com moveleiros, carpinteiros e até mesmo os proprietários das residências que comercializam a madeira, que raramente este comércio se caracteriza

através de propagandas ou placas, na maioria das vezes o principal indicador deste comércio são as pilhas de madeira localizadas na frente das casas.

A figura 2 abaixo quantifica a presença deste tipo de comércio distribuídos na cidade, cujos bairros próximos às beiras do rio facilitam o transporte do produto. O sítio urbano de Parintins é um arquipélago fluvial, que no período das cheias se torna navegável em todo seu perímetro urbano.

Figura 2 - Mapa quantitativo de distribuição da madeira ilegal pelo comércio informal na cidade de Parintins



Fonte: Trabalhos de campo. Organização: Erick Simas, 2019.

A concentração deste comércio se encontra nas zonas leste e sul da cidade, na zona norte, onde fica o centro, não foram encontradas essas formas de comércio, fortalecendo ainda mais a ideia de que este comércio é desenvolvido em grandes proporções por pessoas de renda baixa, o que denota a importância da atividade e da urgência de se instituir políticas públicas.

O mapa 01 destaca que este tipo de comércio informal está presente nas ruas e bairros que se encontram próximos aos pontos estratégicos de desembarque dessa madeira. O bairro Santa clara possui tradicional presença de carpinteiros navais que em seus

estaleiros (popularmente chamados de tilheiros) também costumam processar madeira para venda, ou ter anexo pequenas movelarias. Assim como os bairros Francesa e Castanheira, são acessados pela entrada da lagoa da Francesa, que facilita o desembarque. O bairro Palmares é também entrecortado por diversos caudais hídricos, também facilitando acesso nas cheias.

Percebe-se ainda que o bairro onde há maior presença deste tipo de comércio é o bairro União, com extensa beira e repleta de flutuantes. No polo Industrial Moveleiro de Parintins, existem cerca de 46 movelarias em funcionamento, sendo uma das grandes consumidoras de madeira sem documento de origem. Os donos de movelarias geralmente procuram a madeira com mais frequência nestes locais de comércio informal quando precisam do produto com urgência. Porém, em sua maior parte, a madeira é encomendada diretamente dos interiores.

A entrevista C com um proprietário da movelaria, ao ser questionado acerca de como o mesmo absorve a madeira para ser utilizada como matéria prima em seu trabalho, relatou que:

“É mais fácil comprar por encomenda direto do madeireiro que mora lá mesmo na comunidade, porque ele só pede uma entrada em dinheiro, o óleo queimado e a gasolina. Depois ele mesmo traz no próprio barco até no porto, ou as vezes de motor de linha [...]. Os preços da madeira variam né, quando tá cheio o rio, a madeira é mais barata, e quando tá na seca não tem atalho e ele traz pela frente da cidade mesmo.”

Assim fica evidente que as articulações entre a madeira ilegal e os moveleiros acontece com frequência. Por meio de entrevista não-diretiva, colheu-se dados de que todas as movelarias do Polo Industrial Moveleiro de Parintins absorvem madeira dessa forma, processando-as e transformando-as em móveis que serão vendidos com preço e documentação formais. Aqui cabe um dos relatos mais interessantes. Muitos moveleiros são proprietários de terrenos nos interiores e sabem que estar na ilegalidade os prejudica, . Relatam que querem legalizar a atividade, mas esbarram na burocracia e na falta de apoio.

A partir desta reflexão, compreendemos que a territorialidade se dá de modo amplo pelo envolvimento dos mais distintos sujeitos que vão em busca de seu sustento, isso engloba tanto os processos de extração e transporte, quanto a venda e compra deste produto.

3. MEIOS DE TRANSPORTE E PRINCIPAIS PONTOS ESTRATÉGICOS DE

DESEMBARQUE DA MADEIRA ILEGAL NO MUNICÍPIO DE PARINTINS

Nesta seção busca-se demonstrar de que forma ocorrem as atividades de transporte da madeira ilegal no município de Parintins, tanto por vias fluviais como as terrestres. Em seguida, apresenta-se e se discute os principais pontos estratégicos de desembarque da madeira na cidade.

O grande número de embarcações que circulam no município de Parintins, além de garantir o transporte de variados produtos vindos da cidade para os interiores e dos interiores para a cidade, possui forte significado e influência acerca das funções estabelecidas através dos sujeitos atuantes no Sistema Territorial da Madeira Ilegal. As embarcações de pequeno e médio porte, servem não somente de objeto de trabalho, mas também é lugar onde se tecem fortes relações sociais que se estabelecem por meio das diversas funções que uma embarcação desempenha na relação entre cidade e interior. As embarcações de pequeno e médio porte estão intrinsecamente ligadas à dinâmica reticular cidade-interiores onde Bartoli (2017, p. 98) afirma que:

As embarcações usadas no STUR são conectoras flexíveis da intermediação entre dois “mundos” na Amazônia que, a nosso ver, se interpenetram e se sobrepõem em determinadas instâncias. O batelão aparece como materialização dessa lógica. Trata-se de “casco” médio de madeira que varia entre 12 e 20 metros.

As embarcações na maioria das vezes servem para uso familiar, porém, algumas são usadas para transporte de passageiros, produtos regionais e madeira ilegal, servindo também como fonte de renda, e moradia, quando atracadas. Para Bartoli (2017), isso acontece pela falta de moradia de alguns desses sujeitos na cidade, as embarcações se tornam casas.

Já as embarcações de médio porte se caracterizam mais como embarcações de linha, ou seja, transportam principalmente passageiros e produtos dos mais variados tipos. Fazendo rota até comunidades mais longínquas, algumas dessas embarcações navegam além da divisa leste do estado do Amazonas (AM), chegando a comunidades do estado do Pará (PA), que, também recebem influência da cidade de Parintins. De acordo com Ferreira (2016, p. 48) em todo o Amazonas, a navegação fluvial é a opção mais viável para o transporte de cargas e passageiros entre as mais longínquas localidades, diferindo em alguns aspectos dependendo da localização geográfica e estrutura.

Assim como as embarcações de pequeno porte, as embarcações de médio porte são construídas à base de madeira de lei, porém sua capacidade de carga é maior, facilitando o escoamento de diversos tipos de produtos vindos de diversas localidades.

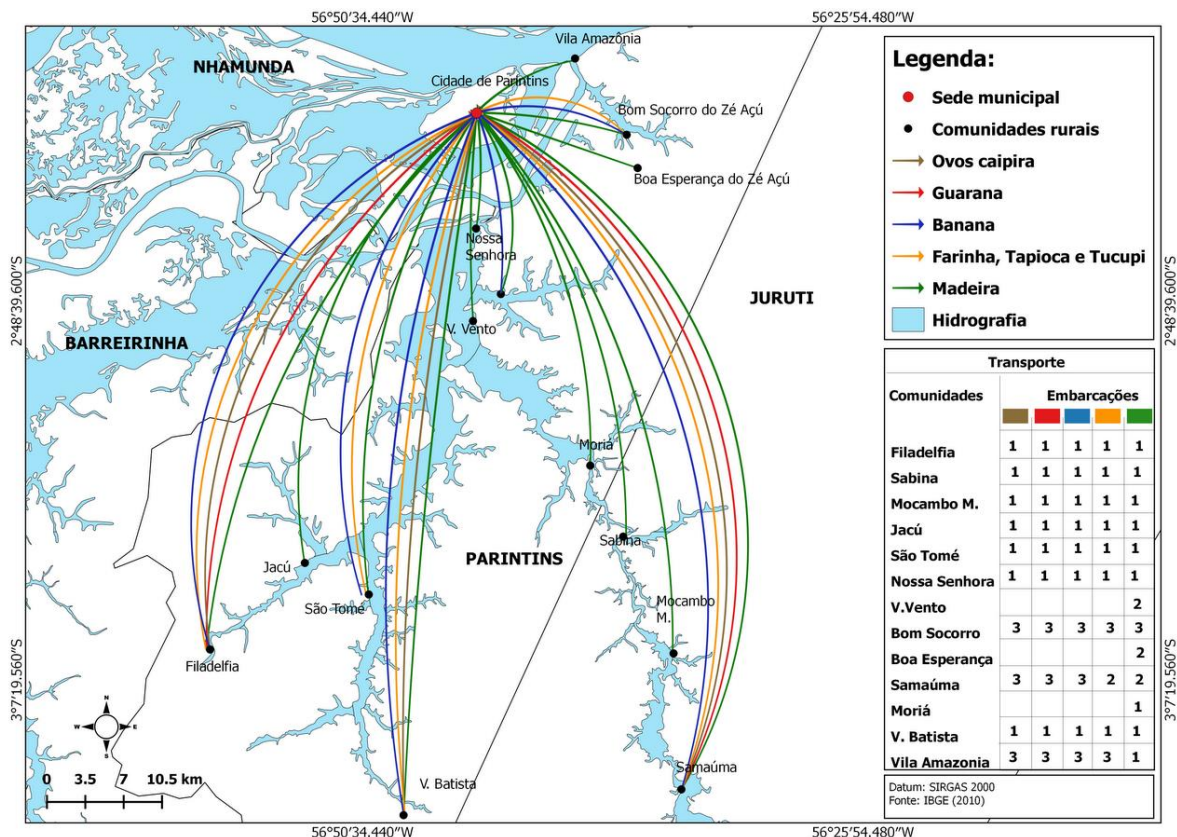
De modo geral, embarcações de pequeno e médio porte, por meio das diversas funções que atribuem, dinamizam complexas relações econômicas mediadas pelo STUR, fornecendo mecanismos para que o sujeito busque seu sustento por meio deste sistema, seja de forma legal ou ilegal.

Para Bartoli (2017), as embarcações são componentes essenciais na busca de meios de vida não obtidos na cidade, pois proporcionam complemento de renda, obtenção de alimentos, isto é, acesso aos roçados que os cidadãos possuem nos interiores, pesca, acesso a madeira e palha para construir moradias, entre diversas outras atividades.

Segundo Venturi (2006), o recurso natural, por estar ligado a necessidades físicas e culturais do homem, por apresentar um olhar do homem sobre a natureza, exige uma abordagem física e humana, ou seja, uma abordagem geográfica como a concebemos.

A figura 3 mostra as funções que as embarcações desempenham no cotidiano dos sujeitos, pois realizam fluxos de uma variedade de produtos oriundos da produção rural e extrativista de comunidades do município de Parintins e Juruti (PA).

Figura 3 - Mapa de fluxo de produtos transportados para a cidade



Fonte: Trabalhos de campo. Organização: Erick Simas, 2019.

Percebe-se que todas as comunidades atendidas pelas embarcações entrevistadas fornecem madeira para a cidade, fluxo indicado pelas setas verdes. Um dos fluxos presentes devido à forte influência da cultura indígena e valorização do produto, refere-se à produção de guaraná, com presença de indígenas da etnia Sataré-Mawé nos altos cursos dos rios Mampurú (comunidade Samaúma) e Jacú (comunidade Filadélfia). Os derivados de macaxeira são sempre comuns e volumosos, sendo o cultivo principal dos interiores. Banana e ovos caipira também compõem itens bastante encontrados nas feiras da cidade, compondo essa economia complementar. Nota-se que as comunidades distantes participam com intensidade do abastecimento da cidade, observando que a madeira está localizada em áreas cada vez mais distantes, devido ao excesso de retirada nas áreas mais próximas da sede.

Os fluxos indicados pelas setas confirmam as múltiplas atividades exercidas nas economias interioranas, que são complementadas ainda por pequenos serviços e afazeres na cidade. Essa multifuncionalidade é uma das características mais marcantes nos estudos do STUR (BARTOLI, 2020; 2022).

Desta maneira, a fronteira entre legalidade e ilegalidade se torna menos precisa e passível de contradições, pois a madeira trazida dos interiores cumpre parcialmente funções sociais de extrema necessidade (moradias, embarcações, comércios, etc), compondo itens culturais arraigados e socialmente necessários.

Algumas das embarcações são fretadas exclusivamente para o transporte da madeira, fazendo grande fluxo e abastecendo o comércio ilegal. As embarcações de pequeno porte, geralmente usadas como transporte de uso familiar, se caracterizam como as mais fretadas para trazer a madeira, justamente pela flexibilidade que exercem pois navegam por atalhos que tornam as viagens mais discretas e curtas, escamoteando sua rota como estratégia para driblar a vigilância fluvial local, lembrando que isso acontece porque na maioria das vezes dentre os produtos transportados, a madeira ilegal está presente.

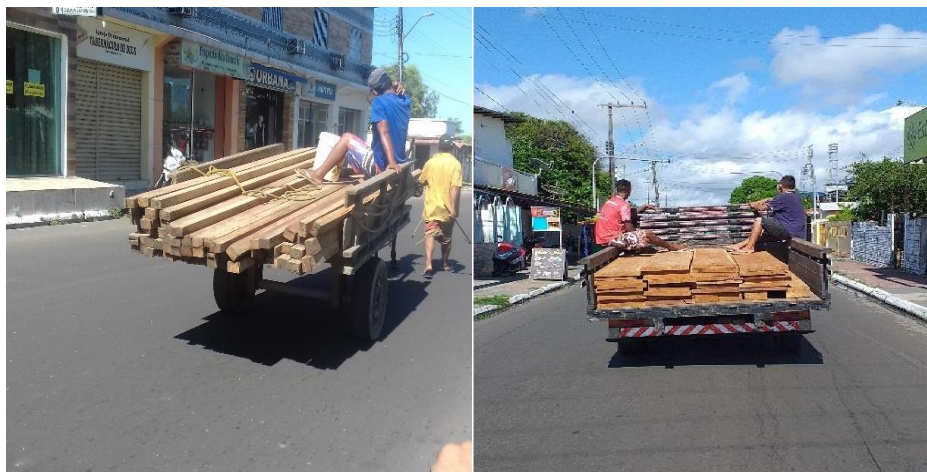
A tabela no mapa 2 representa o fluxo de produtos regionais trazidos das comunidades para a cidade de Parintins, onde as comunidades Filadélfia, Sabina, Mocambo, Jacú, São Tomé e Nossa Senhora, apenas uma embarcação traz todos os produtos apresentados na legenda do mapa. Já da comunidade do Varre Vento, duas embarcações trazem somente a madeira. Na comunidade de Bom Socorro Do Zé Açú, três embarcações também transportam todos os produtos apresentados na legenda do mapa. Na comunidade de Boa Esperança, duas embarcações trazem somente madeira. Na

comunidade de Samaúma, três embarcações trazem somente ovos caipira, guaraná e banana, outras duas trazem farinha, tapioca, tucupi e madeira. No Moriá apenas uma embarcação traz somente madeira. Na Vila Batista, apenas uma embarcação traz todos os produtos apresentados na legenda do mapa. Já na Vila Amazônia, três embarcações trazem ovos caipira, guaraná, banana, farinha, tapioca e tucupi, somente uma embarcação traz madeira.

Diante dos dados apresentados, analisou-se que as embarcações desempenham um papel crucial dentro do sistema exposto que possui inúmeras atividades, pois é somente por meio delas (compondo dinâmica do STUR) que se estabelece o grande fluxo de transporte de madeira ilegal no município, pois as comunidades de terra firme, onde as embarcações buscam a madeira, são áreas longínquas e que não oferecem acesso por qualquer tipo de estrada que se interligue com a cidade de Parintins. Sendo assim, a demanda por fretes de embarcações de pequeno porte ou transporte da carga de madeira em embarcações de médio porte possui um índice significativo, comprovando que esta atividade agrega muito valor para o comércio local e consequentemente estabelecendo relações de poder inerentes ao Sistema Territorial da Madeira Ilegal em Parintins.

Em relação aos meios de transporte que circulam com a madeira em vias terrestres na cidade, estes variam, dependendo da quantidade e da capacidade de carga, que a partir disto atribuem o preço para transportar o produto. Triciclos, carroças, caminhonetes e triciclos motorizados, são os principais veículos de transporte terrestre usados para a cadeia da madeira na cidade de Parintins (figura 4), em grande quantidade nas beiras, dinamizando o fluxo deste produto a qualquer hora do dia em vias públicas. Trata-se de mais uma fonte de renda à combalida economia urbana.

Figura 04: Transporte de madeira em uma via pública da cidade de Parintins



Fonte: Trabalhos de campo, 2019.

Na figura 03, observa-se que estes veículos transportam essa madeira em plena luz do dia, sem a mínima preocupação com fiscalização ou segurança, enfatizando que esta rua é a Paraíba, uma das principais vias que atravessam a cidade, dando acesso ao centro e diversos bairros e portos populares.

Para apresentar os principais pontos estratégicos de desembarque da madeira ilegal, considera-se que a cidade de Parintins, por estar localizada em um arquipélago repleto de lagos e canais de rios, oferece às redes de sujeitos a possibilidade de adaptar lugares propícios para que as embarcações tragam os produtos regionais, atraquem e possam escoar a madeira ilegal diariamente para abastecer a cidade. A madeira que chega às beiras de rio da cidade, na maioria das vezes fica empilhada ali mesmo, onde as embarcações atracam, estando visíveis aos clientes, que no local, avaliam o produto para a possível compra (figura 05).

Figura 05. Pilhas de madeira na beira da Orla do bairro União e Francesa



Fonte: Trabalhos de campo, 05/2020.

Tais beiras são pontos estratégicos que servem para desembarque e distribuição diária da madeira ilegal que corriqueiramente se encontra empilhada nos mesmos locais, entre os barcos e a rua, sendo ainda absorvidas para seu uso social, beneficiando o comércio popular, enfatizando que, na maioria das vezes, quem compra as madeiras que estão empilhadas nas beiras, as usam principalmente para construção de cercas, casas, móveis, entre outras utilidades básicas.

O acesso aos lugares que aqui elencamos como pontos estratégicos, depende da sazonalidade dos rios da região, havendo assim variações em relação a organização espacial destes pontos, que se sucede não só pela transformação da paisagem, mas também ao modo como os sujeitos se organizam para adaptar novos lugares de atraque, mantendo as relações de trocas através do Sistema Territorial da madeira ilegal. Para dialogar acerca

desta questão, Ferreira (2016) aponta que os movimentos sazonais dos rios amazônicos formam dois cenários distintos durante o ano, os quais modificam a paisagem, a vivência, o tempo de transporte e a organização das populações locais.

Nos meses da enchente (de dezembro a maio) até o início da vazante (de junho a novembro), há maior facilidade para se navegar nos rios e transportar a madeira ilegal com menos preocupação em relação às fiscalizações, pois os mesmos estão repletos de atalhos, formados pelos furos e lagos que dão acesso mais rápido a beiras de rio que se encontram no fim de ruas, facilitando assim, formas de absorção do produto pelos sujeitos que praticam esta atividade.

A maioria destes lugares se encontram em antigos bairros populares de ocupações irregulares, como Palmares, Francesa e Santa Clara, que permitem o contato às beiras de rio ao fim de ruas, como mostra a figura 6.

Figura 06: Beiras nos finais de ruas nos bairros de Palmares, Francesa e Santa Clara



Fonte: Trabalhos de campo, 05/2020.

O que leva as embarcações a se reunirem nas chamadas pontas de ruas, com acesso das mesmas diretamente ao rio, é o benefício do fácil e discreto desembarque da madeira, mobilidade para o escoamento pelas vias públicas e também um atraque mais tranquilo comparado a locais com maior movimento.

O Sistema Territorial da Madeira Ilegal, tem a capacidade de estruturar diversos mecanismos para o desembarque e venda da madeira em pontos fixos, que possuem centralidades e criam fluxos no território, sendo estes, espaços de possível governança, as propriedades privadas e os espaços relacionais, que possibilitam distinguir os territórios do Estado, os públicos e os particulares, constituídos a partir de diferentes relações sociais (FERNANDES, 2008, p. 205).

Como exemplo destes espaços relacionais de fixos presentes principalmente em locais públicos de beiras de rio, enfatiza-se também, os flutuantes de atraque de

embarcações da beira da Orla do bairro União e da beira da rua Maués no bairro de Palmares, que oferecem os mais variados serviços que proporcionam meios para a apropriação do território, como: serviços de atraque, mecânica, comércio de produtos, bares, restaurantes, resguardo de motores, serviço de marina, entre outros.

Deste modo, por se localizarem perto das ruas que dão acesso aos bairros, estes fixos geram grande fluxo não só de embarcações de pequeno e médio porte, mas também de veículos e pedestres, estabelecendo relações comerciais que criam diversas centralidades na cidade.

Bartoli (2017, p. 48) acrescenta ainda que “as massas criadas pelos fixos exigem capacidade de mobilidade no espaço”. A beira do Bairro da União por fornecer esta mobilidade, se torna o principal ponto estratégico de desembarque onde “[...] materializados na paisagem, flutuantes, beiras de rio para atracagem, aglomerados palafíticos e rampas para acesso a beiras de rua, sinalizam tais conectores entre a cidade e os rios.” (BARTOLI, 2017, p. 51).

A quantidade de resíduos sólidos descartados na água, também se dá como uma problemática que causa impactos ambientais e sociais. O grande fluxo de pessoas, que vão em busca não somente de serviços, ou dos produtos oriundos da produção agrícola da região, gera o lixo descartado pela população no local. Mais um fragmento da cidade que deve ser incorporado no planejamento, que existe apenas como retórica no Plano Diretor Municipal de Parintins. As ações são inexistentes.

Nos meses da vazante, o fluxo de transporte fluvial que traz madeira ilegal à cidade, se torna mais dificultoso e exposto, pois neste período, as lagoas que dão acesso aos variados portos da cidade estão extremamente rasas. Isto faz com que a principal rota de navegação das embarcações mediadoras dessa complexa rede de fluxos seja o próprio rio Amazonas, que corre diretamente em toda a frente da cidade. Por conta disto, sobram somente beiras aglomeradas, abarrotadas de problemas, como banheiros provocados por navios, dificuldade para atracar, tempestades, paus e rochas, além de uma grande exposição em relação a comercialização da madeira em quantidade, facilitando para que ocorram possíveis denúncias.

A partir disso percebe-se que inevitavelmente a madeira ilegal chega com menos frequência com valor mais elevado no auge da vazante, porque o tempo das navegações até as comunidades se torna mais longo por conta do bloqueio natural dos atalhos, e também pelo distanciamento do acesso à madeira nos interiores, que se encontra mais difícil e distante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos neste trabalho proporcionar ao leitor uma compreensão de como funciona o Sistema Territorial da Madeira Ilegal no município de Parintins, onde pudemos esclarecer que a cidade de Parintins possui uma forte dinâmica territorial se tratando do comércio popular que movimenta a madeira ilegal na sub-região, tendo em vista que além do enfraquecimento da fiscalização, não há aportes de políticas públicas específicas para os praticantes das atividades que envolvem o complexo circuito da madeira, seja na extração (falta de manejo e certificação), distribuição, absorção (ausência de melhora agregação de valor) e transporte (precariedade de segurança e manejo correto).

Constata-se que os sujeitos exercem influência significativa no ordenamento do território por meio de seus conhecimentos, habilidades e comportamentos diários que formam sua identidade. Neste sentido, a madeira ilegal é manipulada por cada sujeito por estratégias diferentes, cujas ações se configuram em suas territorialidades, onde o território é configurado de forma material e simbólica, expressando identidade local.

Contudo, os sujeitos que manipulam essa grande quantidade de madeira, se torna atividade ilegal pois a demanda urbana altera seus modos de vida “tradicionais”, subordinando-se às influências do processo urbano. Redefinindo suas práticas no espaço geográfico (que por relações de poder configuram territórios), ao se inserir no ramo desse mercado ilegal, passam a uma nova forma de submissão “negativa” de utilização do território: ausência de mediações de qualidade na gestão da atividade.

Mostrou-se também nesta pesquisa, a forma com que os nódulos do comércio popular se estabelecem demandas, que por meio das embarcações que fazem o transporte da madeira, ativam circuito e estratégias que garantem o funcionamento ativo e dinâmico do Sistema Territorial da Madeira Ilegal por intermédio do STUR.

Considerou-se a importância que os pontos estratégicos de desembarque e distribuição da madeira ilegal exercem sobre a demanda do comércio na cidade e que também dependem da sazonalidade dos rios para estabelecer as diversas relações de apropriação do espaço e suas transformações.

Esta pesquisa, instigou também a possibilidade de estudos posteriores, ressaltando que a discussão acerca desta problemática é pouco tratada na região pela comunidade acadêmica, pois abordar a temática que envolve a madeira ilegal exige um olhar crítico e

minucioso acerca dos complexos processos que envolvem tal dinâmica. Fazendo com que este estudo, sem dúvida, se caracterize em um passo importantíssimo para futuros campos de investigação na Geografia, enriquecendo a compreensão sobre este sistema que está presente no cotidiano da população parintinense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO ROSA, Nelson; MARTINI, Adriana & UHL, Christopher. **Espécies Madeireiras da Amazônia Potencialmente Ameaçadas**. Belém: Imazon, 1998.

BARTOLI, Estevan. O retorno ao território a partir da cidade: **Sistemas territoriais urbano-ribeirinhos em Parintins (AM)**. Tese (Doutorado em Produção do Espaço Geográfico) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Julio De Mesquita Filho”. Presidente Prudente, 2017.

BARTOLI, Estevan. Cidades na Amazônia: Centralidades e Sistemas territoriais na sub-região do Baixo Amazonas (AM). *Revista Espaço e Economia*, v. 20, p. 1, 2020.

BARTOLI, Estevan. Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos: uma proposta metodológica para análise de cidades de dinâmica fluvial e ribeirinha na Amazônia. In: CASTRO, Claudio Eduardo de; FILHO, José Sobreiro; SAQUET, Marcos Aurélio; VINHA, J. F. de S. C. (Orgs.). **Geografias Fora do Eixo: por outras Geografias feitas com práxis territoriais** / Londrina, PR: Editora Liberdade / EDUEMA, 2022. p. 231-262.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998: Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. (Lei dos Crimes Ambientais), 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Sobre a tipologia de territórios**. Expressão Popular. 1. ed. São Paulo, p. 197-215, 2008.

FERREIRA, Márcio Antônio Couto. Transporte fluvial por embarcações mistas no Amazonas: **uma análise do trecho Manaus-Coari e Manaus-Parintins**. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

RAFFESTIN, C. **A produção das estruturas espaciais e sua representação**. In: SAQUET, M. e SPOSITO. **Territórios e territorialidades. Teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão popular, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e identidade: **um patrimônio no desenvolvimento territorial**. São Paulo: Caderno Prudentino de Geografia, v. 1, n. 31, p. 3-16. 2009.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos**. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular. p. 81, 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. **O desenvolvimento numa perspectiva territorial, multidimensional e democrática**. Paraná: Resgate, 2011.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma abordagem territorial**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SILVA, M. A. MALHEIRO, B. C. P. **A face Ribeirinha da Orla Fluvial de Belém**. In: TRINDADE JR., Saint Clair Cordeiro da; SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da (orgs.). Belém. Belém: EDUFPA, 2005.

SPOSITO, Eliseu Savério; SILVA, Késia Anastácio Alves da. Sujeito na Geografia: **Uma proposta para se pensar o espaço por meio de diferentes prismas**. Revista Caminhos da Geografia, Uberlândia-MG, v. 22, n. 82, p. (173-190), agosto, 2021.

TRINDADE JR. S. C. SILVA, M. A. P. AMARAL, M. D. B. Das “Janelas” às “Portas” para os Rios: **compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia**. in: TRINDADE JR. S. C. TAVARES, M. G. **Cidades Ribeirinhas na Amazônia**. Mudanças e Permanências. Belém: EDUFPA. 2008.

VENTURI, Luis A. Recurso Natural: **A construção de um conceito**. São Paulo: Espaço e Tempo, 2006.